

A Terceirização no Espaço público, o setor de limpeza das escolas estaduais.

The Outsourcing in Public space, the cleaning sector of the state schools.

Yuri Rodrigues da Cunha¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo traçar alguns apontamentos sobre a *terceirização* dentro do Espaço Público, partindo do setor de limpeza das escolas estaduais no município de Marília. Nesse trabalho partiremos das análises preliminares do trabalho da pesquisa de Iniciação científica: A Terceirização no Espaço Público: o setor de limpeza das escolas estaduais paulistas no município de Marília – SP. Sob orientação do Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi. No artigo fazemos alguns apontamentos sobre a terceirização dentro do aparelho estatal, que ganhou força principalmente após a Reforma do Estado na década de 1990, iniciado após a eleição de Collor, e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso, Em seguida discutiremos as técnicas utilizada pelos gestores da reforma do Estado de São Paulo no setor de Limpeza das escolas estaduais no município de Marília – SP.

Palavras-chave: terceirização, reforma do estado, setor de limpeza, escolas estaduais.

ABSTRACT

This paper aims to outline some notes on outsourcing within the Public Space, starting from the cleaning sector of the state schools in the city of Marilia. In this study depart from preliminary analyzes of the work of scientific research Initiation: The Outsourcing in Public Space: the cleaning sector schools in the city of São Paulo state Marília - SP. Under the guidance of Prof. Dr. Luiz Francisco Corsi. In the article we make some notes about outsourcing within the state apparatus, which gained momentum especially after the Reform of the State in the 1990s, started after the election of Collor and Fernando Henrique Cardoso of depth, then discuss the techniques used by managers reform of the state of São Paulo in the cleaning sector of the state schools in the city of Marília - SP.

Keywords: outsourcing, state reform, the cleaning sector, state schools.

¹ Graduando de Ciências Sociais pela UNESP/Marília. Trabalho de Iniciação científica orientado pelo Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi, Dpto. de Ciências Políticas e Econômicas. FAPESP. E-mail: yuri.ira@gmail.com

1. A Terceirização, uma prática japonesa com certeza!

A terceirização é algo muito comum nos dias atuais, onde uma grande parcela dos empregos brasileiros seja no setor público ou privado é composto por trabalhadores terceirizados. Essa expressão fenomênica pode nos revelar, mediante a um estudo mais aprofundado uma essência da (nova e precária) forma de emprego, que em muitos casos, nada mais é do que uma maneira de aumentar supostamente a qualidade do serviço oferecido, aliado a uma redução do custo de trabalhadores, aumentando o poder de competitividade das empresas, que graças à globalização – ou mundialização do capital – a concorrência se aprofunda, passando a exigir dos governos desregulamentação das atividades econômicas para permitir a entrada de capital internacional.

Não é possível falar sobre a terceirização sem nos curvamos sobre a organização do trabalho, dessa maneira, vemos que a terceirização se torna possível principalmente a partir do chamado *toyotismo*. Mas como foi possível que o *toyotismo*, uma forma de organização japonesa conseguiu amplo respaldo no “mundo ocidental”? Ao longo dessa primeira parte vamos responder a essa questão.

Conforme aponta Druck existem elementos centrais que são presentes na conceituação sobre a terceirização, “como a ideia de transferência ou de repasse a outro, a um terceiro, assim como a referência à necessária flexibilidade como alternativa para redução dos custos e para atender a ‘urgência produtiva’” (DRUCK, 2007, p. 26 – 27). A terceirização pode ser considerada como um fenômeno que se generalizou para quase todas as atividades e de tipos de trabalho dentro das indústrias, no comércio, serviços, no setor público e privado. Mas para além da própria forma de reorganização da produção, a terceirização só é possível pelo fato de vir juntamente com diversas formada (des)regulação da legislação trabalhista, ou seja, são as condições objetivas e subjetivas. Portanto aqui o conceito de terceirização:

Caracteriza-se como um fenômeno novo porque passa a ocupar um lugar central nas chamadas novas formas de gestão e organização do trabalho inspiradas no “modelo japonês” (*toyotismo*) e implementadas no bojo da reestruturação produtiva como resposta a crise do fordismo em âmbito mundial, desde as duas últimas décadas do século passado. (Druck, 2007, p.28)

A terceirização que surge no modelo de produção japonês, o *toyotista*, ganhando força nos países centrais do capitalismo com a crise de 1973. Crise essa que é demasiadamente

complexa para desenvolvermos nesse momento, mas que tentaremos mostrar de forma bem sintética, para assim podermos compreender quais as respostas para essa crise, possibilitando compreender como a terceirização passa a ser utilizada no espaço público.

A crise de 1973 recebe o nome de crise estrutural pois foram sobreposições de várias crises, tendo como estopim o primeiro choque do petróleo de 73, no qual os preços dos barris passaram de pouco mais de 4 dólares para algo em torno de 12 dólares em 74. Como o petróleo era a base energética de vários países ocorreu uma elevação geral de preços, evidenciando uma crise energética. Além disso, ocorre também uma crise monetária, quando o dólar abandona o lastro ouro, fixado no acordo de Breton Woods adotado no pós guerra, e dessa forma o dólar passou a ser uma moeda flutuante no mercado internacional. Outro aspecto dessa crise foi a crise da hegemonia norte americana evidenciada na derrota no Vietnã. A economia norte-americana também perdeu competitividade, sendo ultrapassada em vários setores pelas economias do Japão e da Alemanha. O período também foi caracterizado pela ascensão das lutas de classe tanto no centro do sistema quanto na periferia. Observa-se também o esgotamento do chamado modelo fordista².

Uma das alternativas a crise estrutural de 1973 foi a chamada *reestruturação produtiva* que engloba em si, uma série de fatores, como a acumulação flexível e flexibilização além do toyotismo. A assim chamada *acumulação flexível* pode ser entendida como:

Um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”. (HARVEY, 2003, p. 140)

A *acumulação flexível* implica em novos padrões de extração da mais-valia. Pode-se notar que a reorganização do processo produtivo vai de encontro com as vitórias obtidas pelos trabalhadores a duras penas desde o período do pós-guerra. O *toyotismo*, podemos dizer que é o complemento desse novo padrão de acumulação de capital. A *acumulação flexível* prossegue Harvey, “implica níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, rápida

² Para maior detalhamento sobre a crise do fordismo ver Antunes, 2002, p. 29 – 30.

destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical” (HARVEY, 2003, p.141), portanto podemos entender esse período como uma completa reestruturação, ou reorganização do capital.

A *acumulação flexível* marca uma ruptura entre a organização altamente verticalizada da produção fordista/taylorista, para uma forma mais horizontal, sob o modelo *toyotista*, pois é justamente sob esse novo modelo produtivo que será possível que ocorra a chamada *terceirização*.

O chamado *toyotismo* se caracteriza – entre outros aspectos – com uma produção em série, com poucas variedades das mercadorias. Buscando uma produção mais flexível num sentido mais amplo, com uma maior variedade das mercadorias, e assim busca recuperar uma concepção de trabalho mais flexível (ANTUNES, 2008, p.25).

O toyotismo tem como características: vincular toda produção a demanda, atendendo as exigências mais individualizadas do mercado consumidor. Fundamentam o “trabalho em equipe” com uma multivariabilidade de funções, fazendo com que o trabalhador passe a operar várias máquinas ao mesmo tempo, mostrando o caráter flexível nessa nova forma de organização do trabalho. Além disso, um ponto fundamental para esse novo modelo é o chamado *Just-in-time*, ou seja, um melhor aproveitamento do tempo na produção, utilizando como fundamental para esse processo o chamado *kanban*, que seriam placas ou senhas para a reposição das peças de estoques, pois uma das características do toyotismo é operar sempre com o mínimo possível de estoques. E por fim, as empresas toyotistas possuem uma estrutura muito horizontalizada, sendo que as empresas são responsáveis por 25% da produção somente, priorizando o que é central em sua especialidade no processo produtivo, transferindo a terceiros grande parte do que antes era produzido dentro do seu espaço produtivo. Assim a flexibilização e a terceirização são ampliadas no processo produtivo (ANTUNES, 2008).

Portanto podemos notar como foram expostas acima quais as características do modelo toyotista, e vemos como a partir dessa nova forma de produção e organização do trabalho se torna possível a terceirização.

As décadas de 70 e 80 representaram um conturbado período, marcado pela reestruturação produtiva e por reajustes econômicos e sociais, dando espaço para novas experiências de organização industrial, políticas sociais. Observa-se uma profunda ruptura dos modelos governamentais que existiam desde o pós-guerra, culminando no processo de Reforma do Estado.

Conforme aponta Harvey, “a crise de 1973 – 1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada das práticas e políticas do governo implantadas no período fordista-

keynesiano” (HARVEY, 2003, p 157). Segundo Harvey, os teóricos que idealizavam a reforma do estado, as políticas econômicas do pós-guerra se mostraram inflacionárias. Ao passo que aumentavam as despesas públicas a capacidade fiscal se estagnava, prossegue ainda “a grande retirada do apoio ao Estado do bem-estar social e o ataque ao salário real e o poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-75, e foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental” (idem, p.157 – 158). Vemos que, na medida os gastos públicos aumentavam com o chamado estado do bem estar social implantado no período fordista, ha uma decrescente arrecadação, levando a um desequilíbrio das contas públicas.

Reduziu-se o espaço, para as crescentes mobilizações dos trabalhadores fazendo que o Estado e os capitalistas buscassem novas formas de organização do trabalho. Somando-se ainda a crise de superacumulação. O Estado soube bem como resolver tais “problemas” que surgiram se modificando. Aqui seguiremos a concepção de Harvey, mas vamos ficar centrados apenas na questão do estado, já que no campo da produção, estamos vendo como o modelo fordista foi sendo modificado para o toyotismo, e quais as implicações e diferenças entre tais modelos.

No campo político governamental, essa crise econômica e política do período fordista keynesiano, ganharam força os teóricos que reivindicavam um liberalismo, uma não intervenção do Estado na economia em favor de uma economia de mercado. Dessa maneira também o Estado deveria passar por uma reestruturação.

Com a crise de 1973, a reestruturação produtiva surgiu como uma resposta, afinal foi um conjunto de mudanças que possibilitaram uma nova organização das bases produtivas. A reestruturação produtiva “se desenrola tanto na órbita microeconômica quanto no ambiente econômico, diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho” (Filgueiras, 2003, p.53) Essas transformações podem ser vistas sob dois aspectos, no:

Primeiro, [...] expressa na reorganização e reconversão dos setores industriais, que se caracterizam pela realização de grandes investimentos nos setores de ponta, pela modernização dos setores dinâmicos, e pelo declínio dos setores tradicionais. E no segundo, tendo por referencia o processo de trabalho, ela se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional, com a introdução por um lado de novas tecnologias de base microeletrônica e, por outro, novos padrões de gestão/organização do trabalho (*toyotismo*), acompanhados por um processo de individualização das relações estabelecidas entre capital/trabalho, com o consequente enfraquecimento dos sindicatos. (Idem, p. 53 – 54.)

Conforme apontado acima, a terceirização ganha espaço principalmente após a crise estrutural de 1973, no bojo dessa transformação, as políticas do *welfare state* passam a ser questionadas com mais contundência, principalmente por autores de tendência liberal, como por exemplo, Milton Friedman, que viam as políticas do bem estar social, como uma grande causadora dos desequilíbrios econômicos, inflação e pelos elevados impostos (FRIEDMAN, 1985).

Assim, havia uma necessidade de reestruturação do Estado, que ficou cada vez mais evidente com as eleições de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, de tal modo como, com o declínio da União Soviética, o movimento operário sofreu um duro impacto. Além disso, essa crise é tão profunda, que levou o capital a desenvolver segundo Mészáros, práticas materiais da *destrutiva autorreprodução ampliada* do capital, fazendo surgir inclusive o espectro da destruição global, em vez de aceitar as restrições positivas requeridas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas (MÉSZÁROS, 2002).

Assim, essa complexa relação acaba por sua vez impactando o Brasil, que também passava por um período histórico muito complexo, com o fim da ditadura militar, num período chamado de redemocratização.

2. As reformas do estado brasileiro, “antes tarde do que nunca”.

O Brasil em fins da década de 70, por reflexo dos choques – 1º e 2º - do petróleo, elevação da taxa de juros americanos, a economia brasileira passava por um processo de grande instabilidade, inflação a taxas altas, as políticas econômicas do Brasil no contexto em questão, era basicamente acabar, ou fazer com que a inflação voltasse a um patamar “aceitável”. Era um período de grandes incertezas, uma crise aguda no cenário internacional, e no Brasil.

O Brasil passou a partir da década de 70 um grave e profundo período, pois o Brasil, ao passar pelo seu período de pesada industrialização – ou como preferem outros autores, a “revolução burguesa do Brasil”, partindo do início da ‘revolução de 30’, com o golpe de Getúlio Vargas, até meados de 70, com o ‘milagre brasileiro’ – algo em torno de 40 anos, houve uma industrialização do Departamento III, bens de consumo duráveis, como carros, eletrodomésticos, entretanto o Departamento bens de produção, como siderúrgica, por exemplo, não tiveram grandes investimentos, por mais que o Estado financiasse a industrialização, não houve essa preocupação (OLIVEIRA, 1984.)

Na primeira metade dos anos 80 o país passou por significativas transformações, fim da ditadura militar e redemocratização, mas ao mesmo tempo, mostrava-se o prenúncio da enorme crise da dívida externa que foi gerado por políticas de ajustes das taxas de juros americanas por um lado, e por outro por crescentes empréstimos de capitais estrangeiros. As principais políticas econômicas adotadas durante a segunda metade dos anos 80 que buscavam equilíbrio das contas externas através de um ajuste monetário do balanço de pagamentos gerou um período de estagflação. Todas as políticas econômicas que sucederam a giravam em torno desse problema, como foi chamado por Filgueiras, “era dos planos de estabilização, com sucessivas trocas de moedas e distintos tratamentos (todos fracassados) para o problema inflacionário, que acabaram por se defrontar com o estrangulamento cambial.” (FILGUEIRAS, 2003, p.27).

Durante processo de redemocratização – lenta e gradual – que o Brasil passava, o movimento operário cresceu e se fortaleceu, ampliando as bases que pressionavam para o fim do regime militar. Assim, houve um processo de acirramento na correlação de forças, por um lado frações de classe defendiam o aprofundamento das políticas intervencionistas e por outro lado frações de classes queriam uma liberalização e redução do tamanho e intervenção do Estado.

As respostas internacionais que perpassaram as décadas de 80 e 90 – *globalização financeira, neoliberalismo e reestruturação produtiva* – foram levadas a cabo no Brasil na década de 90, com a eleição de Collor, mas que se aprofundaram de fato no governo Fernando Henrique Cardoso. As desregulamentações das atividades econômicas, que permitiram a entrada de capitais financeiros, especulativos, privatizações de empresas estatais, realizar reformas estruturais, de natureza liberal em muitos elementos, como na previdência social, administrativa e trabalhista, tinha como objetivo fundamental criar novos espaços para acumulação e novas oportunidades de investimento para os capitais privados, considerados mais eficientes. (*Id, ibidem*)

Todas essas reformas estavam sendo sustentadas teoricamente pelo chamado *Consenso de Washington*, que buscavam um ‘ajustamento’ das economias periféricas, tendo como planos de ação o combate à inflação, com a dolarização da economia, associada a um grande ajuste fiscal, acompanhados com reformas no Estado, desregulamentações dos mercados e liberalização comercial e financeira. Dessa perspectiva, o *Consenso de Washington*, aprofunda ainda os efeitos da globalização.

Do ponto de vista fiscal, o “Consenso” propôs “uma rigorosa disciplina orçamentária, através da contenção dos gastos públicos, que deveriam se restringir à manutenção de um

‘Estado mínimo’, e a realização de uma reforma tributária” (*Id, ibidem*, p. 95). Com essa nova política de contenção de gastos o Estado aprofundou ainda mais a contratação de trabalhadores terceirizados, acarretando o que Pochmann chama de *superterceirização*.

A reforma do Estado segundo Bresser Pereira deveria estar assentadas em quatro pilares básicos:

a) delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e “publicização”; b) redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentam o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade da competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional; c) aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas do Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e finalmente; d) aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta. (BRESSER PEREIRA, 1997, P. 18 – 19).

Podemos ver que uma das metas da reforma do Estado perpassa pela redução de pessoal através da terceirização. No Brasil a terceirização ganha notoriedade na década de 80 – apesar de já constatar a terceirização e subcontratação desde a década de 60 do Brasil nas indústrias automobilísticas – principalmente no setor privado de produção. Conforme já foi dito anteriormente, a terceirização, ganha corpo nas práticas gerenciais administrativas, *toyotista*, em contraposição ao modelo *taylorista/fordista*. Do mesmo modo como houve uma “superação” – com continuidades obviamente – da prática *taylorista/fordista*, pelo modelo *toyotista*, as políticas do Estado também tiveram sua “superação” do modelo do Estado do bem estar, nacional desenvolvimentista, interventor, o movimento de reformas da administração pública teve seu princípio na administração descentralizada, moderna, flexível, eficiente, horizontalizado.

Segundo o “*Plano diretor da reforma do Estado*”, a nova administração pública, gerencial, “inspira-se da administração de empresas [...] o paradigma gerencial

contemporâneo [...] exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1995, p. 18).

Veremos agora como a terceirização passou a ser utilizada cada vez mais com a Reforma do Estado ocorrido na década de 90.

3. A terceirização e a Reforma do Estado, uma “união perfeita”.

O movimento de reformas da administração pública do Estado Brasileiro, que se aprofunda na década de 90, na verdade tem suas bases legais desde a ditadura militar onde, no ano de 1967, por meio do Decreto Lei n.200/1967, já previa descentralizar as atribuições da máquina pública, de maneira muito semelhante à reformam da década de 90. Não vamos entrar no mérito das semelhanças, mas cabe ressaltar que, esse Decreto Lei, previa exortar o administrador ao uso da subcontratação de atividades. Mas apesar de possibilitar um amplo movimento de terceirização, essa medida não foi utilizada como na década de 90, principalmente devido à facilidade de contratação de pessoal sem a necessidade constitucional de concurso público. Isso permitiu que os órgãos públicos contratassem diretamente o pessoal necessário para as atividades, dessa maneira, a terceirização não figurou nesse momento – década de 60 – como algo “interessante” para o administrador público. (AMORIN, 2009, p. 62)

A terceirização passou a ser implantada com maior vigor somente na década de 90, segundo Bresser Pereira, era necessário delimitar com clareza as funções do Estado para que pudesse ter uma administração racionalizada de forma eficiente. As atividades principais do Estado são: legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, definir políticas, fomentar. Enquanto que as atividades ou serviços auxiliares são: limpeza, vigilância, transporte, coperagem, serviços técnicos de informática e processamento de dados. Essas atividades auxiliares deveriam ser terceirizadas, sendo submetidos às licitações públicas para contratação dos serviços. Dessa maneira esses “serviços de mercado” passam a ser realizados competitivamente, com substancial economia para o Tesouro. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 29)

Nesse novo cenário, Amorim aponta dois fatores que consolidaram uma nova cultura de terceirização no serviço público: “primeiramente, o fator pragmático, decorrente das contingencias impostas pela reforma constitucional as novas admissões de servidores públicos estatutários, em forma de limitação aos gastos com despesa de pessoal”. Em segundo lugar, “a

reforma administrativa [...] instigou doutrinariamente o novo gerente público a empreender uma batalha da eficiência contra qualquer modelo normativo burocrático e ineficiente” (AMORIN, 2009, p. 69).

A eficiência passa a ser o “dogma fundamental” desse novo modelo, idealizado na maximização dos resultados econômicos por meio da contenção de admissão de novos servidores e da máxima racionalização do uso da mão de obra.

Esses modelos de eficiência e maximização dos resultados são passados a todos os setores da terceirização dentro do Espaço Público. Após a introdutória mas devida abordagem sobre a terceirização no espaço público, analisaremos mais de perto a terceirização do setor de limpeza das escolas estaduais.

3.1 A terceirização do setor de limpeza do ambiente escolar.

Vemos atualmente que grande parte das escolas do município de Marília, possuem funcionárias terceirizadas no setor de limpeza. Essas práticas são realizadas de forma conjunta, em uma tentativa de ‘descentralizar’, desburocratizar, dessa maneira, o objetivo era melhorar a qualidade do serviço oferecido, nas Unidades Escolares, de forma que o serviço na escola não pode ser interrompido.

Os gestores responsáveis pelo processo de “modernização” do setor de limpeza orientaram e criaram normas a serem seguidas, nas quais o objetivo último era a redução de gasto para o Estado. A padronização dos processos de licitação foi realizada através de pregão eletrônico, redundando num aprofundamento da concorrência interempresarial. Nesse processo licitatório simples vence a empresa que oferecer o serviço ao menor preço, ou seja, a livre-concorrência entre as empresas geram uma economia ainda maior ao Estado. Na cidade de Marília, todos os processos licitatórios que envolveram 19 das 25 escolas do município (das 25 escolas, 19 possuem o setor de limpeza terceirizado) de Marília foram vencidos por uma mesma empresa, a RCA, que possui sede no município de Santa Bárbara D’Oeste.

As Unidades Escolares formalizam um pedido a Diretoria de Ensino para ter o setor de limpeza terceirizado. A Diretoria de Ensino avalia o pedido da escola e se aprovado, abre um edital realizando através do site Bolsa Eletrônica de Compras (www.bec.sp.gov.br) o Pregão Eletrônico, vencendo a empresa que oferecer o menor lance pelo serviço oferecido. Com a contratação da empresa a equipe gestora da Unidade Escolar se torna a responsável por aferir a qualidade do serviço.

Essa atitude demandou uma articulação entre os órgãos centrais, gabinete e coordenadoria de ensino, e das unidades descentralizadas, diretorias de ensino e Unidades Escolares, pois, todos passam a estar envolvidos e são co-responsáveis pelo “sucesso” da implementação da terceirização. Assim, a responsabilidade fica dividida entre diversos atores, a área de administração que formaliza as instruções dos autos; a área de finanças, que deve assegurar a prestação de contas; as Unidades Escolares, que garantem o acompanhamento à execução da prestação dos serviços; as Coordenadorias de Ensino, pelas orientações técnicas e por fim, a chefia do Gabinete, com a tomada de decisões, diretrizes gerais e a articulação do plano de implementação. (NOVAES, *et al*).

As práticas de terceirização, tem se aprofundado cada vez mais, tendo em vista que, a grande parte das Unidades Escolares que possuem funcionários do setor de limpeza concursados, está sendo remanejada para outras áreas de atuação, para adequar as novas políticas de terceirização. Afinal, a terceirização não pode ocorrer se houver algum funcionário efetivo atuando no setor de limpeza das escolas, dessa maneira, os remanescentes são removidos a outras áreas para abrir o espaço para os trabalhadores terceirizados.

Os teóricos que entendem a terceirização como uma efetiva modernização argumentam que existem consequências a curto, médio e longo prazo. Em curto prazo, a efetividade e o impacto de dar respostas imediatas a demanda da comunidade escolar. No médio prazo, a simplificação e o empoderamento possibilitam o acesso e a tomada de decisões pelos responsáveis pelo acompanhamento e avaliação dos contratos fiscais, em nível local com suporte dos níveis centrais, na transparência das ações. Em longo prazo, uma efetiva modernização dos serviços como um caminho dinâmico e viável. (NOVAES, *et al*).

Os serviços de limpeza em ambiente escolar tem por objetivo o processo de “localizar, identificar, conter, remover e desfazer-se de forma adequada, de substâncias indesejáveis, ou seja, poluente de superfície ou ambiente” (SECRETARIA DA GESTÃO PÚBLICA, 2011, p. 2). Além disso, a secretaria da gestão pública desenvolveu um caderno - SECRETARIA DA GESTÃO PÚBLICA. **Prestação de Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar**. 2011. – especificando as atividades a serem desenvolvidas pelos trabalhadores terceirizados, para que assim, segundo a secretaria, nesse processo de empoderamento das várias instâncias, a equipe gestora da escola possa ter uma referência de qual é o serviço desses trabalhadores terceirizados, para que assim, possa inspecionar o serviço oferecido.

Segundo o caderno em questão, os faxineiros têm por objetivo limpar toda a área interna e externa, sendo especificado em trabalho diário, semanal, mensal e trimestral. As áreas internas são: salas de aula, sanitários e vestiários (administrativo, de alunos e funcionários)

salas de atividades complementares (informática, laboratórios, oficinas, vídeo, grêmios), bibliotecas, salas de leitura, áreas de circulação (corredores, escadas, rampas e elevadores), pátios cobertos, quadras poliesportivas, refeitório, áreas administrativas (diretoria, vice-diretoria, secretaria, sala de coordenador e orientadores pedagógicos, sala dos professores), almoxarifados, depósitos e arquivos. Já as áreas externas são: pátios descobertos, quadras, circulações externas, calçadas, coleta de detritos em pátios e áreas verdes. (SECRETÁRIA DA GESTÃO PÚBLICA, 2011, p. 2).

Se olharmos mais de perto alguns dos deveres diários que é estipulado no caderno em questão, podemos ter ideia da dimensão do quão é intenso esse trabalho. Vamos aqui somente apontar alguns dos deveres diários desses trabalhadores, mostrando primeiro, algumas das áreas internas e depois de áreas externas.

As salas de aulas devem receber o seguinte tratamento: limpeza diária; remover o pó, passar pano úmido embebido em água, sabão ou detergente neutro, visando eliminar, papéis, migalhas e outros nas seguintes áreas; superfícies dos porta livros, mesas, assentos e encostos de cadeiras, prateleiras de armários e estantes, peitorais e caixilhos e lousa; devem também varrer o piso do ambiente, passar pano úmido no piso, exceto em pisos de madeira; manter cestos isentos de resíduos, acondicionando o lixo em local indicado pela contratante e por fim executar demais serviços considerados necessários à frequência diária. (*Id, ibidem*, p.9)

Esses serviços devem ser realizados em horário que precede o início de cada período de aulas e outras vezes se necessário. E aí que temos um grande problema, principalmente no que toca a intensificação do trabalho, pois, o horário de saída da turma da manhã para entrada do período da tarde, existe um intervalo de dez minutos, ou seja, os alunos do período da manhã saem 12h20min, enquanto os alunos do período da tarde entram 12h30min. Pegando um caso específico, na escola “E.E. Reiko Uemura Tsunokawa”, são dez salas de aulas, para dois faxineiros, ou seja, eles têm 1 minuto para limpar cada sala de aula, conforme o especificado pelo caderno dos gestores – pensando que os dois trabalhem juntos – ou então 2 minutos cada um se for dividir em cinco salas de aula para cada um.

No caso dos sanitários e vestiários, os deveres diários constituem-se em: limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso, em especial após os intervalos das aulas. Lavar pisos, bacias, assentos, mictórios e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso, em especial após os intervalos de aula. Manter os cestos

isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo contratante. Recolher os sacos de lixo do local, fechá-los adequadamente e depositá-los em local indicado pelo contratante. Proceder à higienização do recipiente de lixo. Repor os sacos de lixo. Repor os produtos de higiene pessoal (sabão, papel toalha e papel higiênico) a ser fornecido pelo contratante. Executar os demais serviços considerados necessários à frequência diária. (*Id, ibidem*, p. 13).

Já em outra área, os pátios cobertos, quadras cobertas, refeitórios e áreas de circulação, seguem os deveres diários: remover o pó e passar pano úmido embebido em água e sabão ou detergente neutro eliminando resíduos tais como: papéis, sacos plásticos, migalhas, etc.; nos peitorais e caixilhos, nos bancos e demais mobiliários, nos telefones, extintores de incêndio. Varrer o piso dos ambientes (quadras, pátios, refeitório e áreas de circulação), eliminando resíduos tais como: papéis, sacos plásticos, migalhas, etc. Passar pano úmido nos pisos. Manter os cestos isentos de resíduos, acondicionando o lixo em local indicado pelo contratante. Remover os resíduos acondicionando o lixo em local indicado pelo contratante. Lavar e higienizar lavatórios e bebedouros. Limpar o mobiliário (mesa e bancos) do refeitório após cada período de utilização. Executar os demais serviços considerados necessários à frequência diária. (*Id, ibidem*, p. 17 – 19).

Nas áreas externas vamos somente especificar os serviços diários a serem realizadas duas vezes ao dia, antes do início do período diurno e noturno, nas áreas: pátios descobertos, quadras, circulações externas e calçadas. São as seguintes tarefas: varrer o piso das áreas externas. Retirar os papéis, resíduos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e colocando-os no local indicado pelo contratante, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade da escola, observada a legislação ambiental vigente e de medicina e segurança do trabalho. Remover o pó de capachos e tapetes. Manter os cestos isentos de resíduos, acondicionando o lixo em local indicado pelo contratante. Remover os resíduos, acondicionando o lixo em local indicado pelo contratante. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária. (*Id, ibidem*, p. 25).

Vemos dessa forma, como o trabalho desses terceirizados do setor de limpeza é árduo, intenso e desgastante. Todos esses trabalhos especificados acima são só uma parte do que devem ser realizados diariamente, portanto, podemos ver que no setor público, a intensificação do trabalho no setor de limpeza das escolas estaduais ocorre pelo próprio trabalho diário, somado ainda com mais duas estratégias, conforme aponta Dal Rosso, a elevação do ritmo e da velocidade do ritmo de trabalho e cobrança de resultados. (DAL ROSSO, 2008, p.193).

4. Conclusão

Podemos ver que, a terceirização passou a ser utilizada principalmente nos setores produtivos de mercadorias no chamado *toyotismo* – que surge no Japão já na década de 50, mas que graças a grande crise estrutural que ocorre na década de 70, essa estratégia passou a ser adotada por grande número de países ocidentais, inclusive o Brasil.

No setor público, a terceirização dá os primeiros sinais já na legislação da década de 60, durante o governo militar, que apesar de ser um período de grande contradição, onde o Estado garante o desenvolvimento industrial, com constantes intervenções, ao mesmo tempo em que tenta diminuir seu tamanho, com a tentativa da implantação da terceirização.

Durante a década de 90, com a eleição de Collor, o Brasil passa por uma fase de reestruturação do estado, reconfigurando suas funções, numa tentativa de melhorar os serviços oferecidos sob um princípio de uma gestão moderna. Entretanto, é somente no governo FHC, com o ministro da Reforma do Estado, Bresser Pereira, que essas reformas ganham corpo, passando da “administração pública burocrática” a “administração pública gerencial”, bebendo e muito nos modelos e exemplos das práticas da área da administração de empresas.

O governo do Estado de São Paulo, no caminho aberto pelo governo federal, também faz suas reformas, redefinindo o papel do Estado, redefinindo seu campo de atuação, em nome de uma eficiência e modernização. Dessa maneira, o Estado amplia a contratação de trabalhadores terceirizados, reduzindo gastos com pessoal. Essa estratégia segundo Alves, pode ser visto como uma corrosão do espaço público:

A ampliação da presença de trabalhadores terceirizados no setor público é a plena manifestação da corrosão do espaço público que caracteriza o capitalismo neoliberal. No plano da instituição pública, é a expressão de sua privatização endógena, contribuindo tanto para a degradação dos serviços prestados quanto a usurpação de direitos trabalhistas. No tocante ao trabalho vivo, é a exacerbação da alienação em sua forma extrema, fragmentando coletivos de trabalhos pelo constrangimento de mercado. Mas a terceirização possui um conteúdo político: além de ser mera técnica de administração de recursos ou estratégia de redução de custos, é principalmente uma arma política da luta de classes que reestrutura coletivos de trabalho, criando as bases para novas formas de “dessubjetivação de classe” (Alves, 2010, p. 18).

Segundo Dal Rosso são três os indicativos para ser verificado para auferir a intensificação do trabalho: ritmo e velocidade, gestão por resultado e polivalência do trabalhador (DAL ROSSO, 2008). Estes três indicativos são presentes no cotidiano desses

trabalhadores de tal forma que, o ritmo e velocidade do trabalho são determinados pelo caderno da secretaria da gestão pública (2011). A gestão por resultados ocorre pelo empoderamento da equipe gestora das escolas que devem medir e quantificar a qualidade dos serviços prestados e por fim a polivalência do trabalhador terceirizado que além de executar diversos serviços. Diante deste processo é possível verificar a intensificação do trabalho dos faxineiros terceirizados.

Portanto a terceirização enquanto uma política de redução de gastos do estado, pode ser visto por uma lado como uma estratégia “eficiente”, pois segundo Agune e Ferragino, o número de trabalhadores terceirizados no Estado de São Paulo passou de 2,8 mil em 1995, para 8,97 mil no ano de 2009³, enquanto houve uma redução de 29,26% dos gastos do Estado com as licitações no sistema de pregão eletrônico. Mas se observarmos na ótica dos trabalhadores terceirizados do setor de limpeza, há uma clara e evidente intensificação e precarização do trabalho, pois esses trabalhadores cumprem as jornadas mais longas e exaustivas, não sendo assistidos pelas legislações trabalhistas que os funcionários públicos são atendidos, muitas vezes esses trabalhadores terceirizados não podem faltar, pois correm o risco de perder seu precário emprego.

Através dessa (inicial) pesquisa de iniciação científica, podemos concluir que, a terceirização do setor de limpeza das escolas estaduais do município de Marília, completando um ciclo que se iniciou na década de 90 com as primeiras terceirizações, pois as seis escolas localizadas no município que ainda não possuem trabalhadores terceirizados (das 25 escolas) estão em processo de análise das demandas por esse serviço, e depois de concluído e contratado os serviços, todas as escolas terão o setor de limpeza terceirizado, esse aspecto que entendemos por finalização do ciclo da terceirização do setor de limpeza.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Terceirização e precarização na USP.** In Revista ADUSP, São Paulo: USP, Janeiro 2010.

³ AGUNE E FERRAGINO, 2011, disponível em: <www.cadterc.sp.gov.br> acesso 14/04/2011.

AMORIM, Helder Santos. **Terceirização no Serviço Público**: à luz da nova hermenêutica constitucional. São Paulo: LTr, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre a metamorfose do trabalho. 13ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo: 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado nos Anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do estado; vol. 1).

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década Neoliberal**: a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José (orgs.). **Terceirização no Brasil**: do discurso a inovação à precarização do trabalho. (atualização do debate e perspectivas). São Paulo: Annablue; CUT, 2009.

DRUCK, Maria da Graça, FRANCO Tânia (orgs.). **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo; Salvador: EDUFBA 1999.

FILGEURAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2003.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 12ªEd, 2003.

_____. **O neoliberalismo**: história e suas implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado, 1995**. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/Planodiretor/plano-diretor.pdf> Acesso 14/04/2011.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOVAES, Fernando Padula (*et al*). **Modernização dos Serviços de Limpeza Em Ambiente Escolar: Gestão contratual**. II Congresso Consad de Gestão Pública. Sem Data. Disponível em:

<http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_17_Fernando_Novaes_e_grupo1_formatado.pdf>. Acesso 14/04/2011.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA. **Prestação de Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar**. São Paulo. Vol. 15. Janeiro, 2011. Disponível em: <www.cadterc.sp.gov.br> Acesso 14/04/2011.

SINGER, Paul. **A Crise do “Milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7ªed. 1982.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. UECE, Cortez, 1996.